

# PLANO DE GOVERNO UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO

**FÁBIO JUNIOR** (PREFEITO)

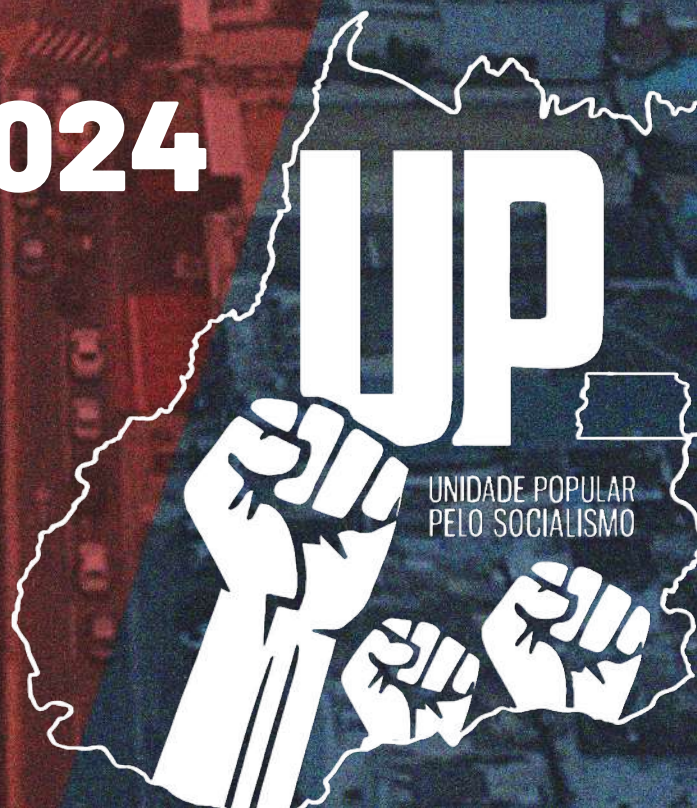
**ALLYNE MARINHO** (VICE)

Goiânia para quem constrói Goiânia

**2021-2024**

**UP**

UNIDADE POPULAR  
PELO SOCIALISMO





# sumário

<i>Apresentação</i> .....	03
<i>Movimento apoiadores</i> .....	05
<i>Quem é o Candidato</i> .....	08
<i>Nossa Vice Candidata</i> .....	10
<i>As propostas da Unidade Popular para mudar Goiânia</i> .....	13
<i>Habitação e Saneamento Básico</i> .....	16
<i>Saúde</i> .....	19
<i>Educação</i> .....	25
<i>Transporte e Infraestrutura</i> .....	29
<i>Segurança Pública</i> .....	33
<i>Gestão Pública</i> .....	38
<i>Previdência Municipal</i> .....	42
<i>Emprego e Renda</i> .....	45
<i>Meio Ambiente</i> .....	49
<i>Esporte e Lazer</i> .....	53
<i>Cultura</i> .....	56
<i>Mulheres</i> .....	60
<i>Questões Raciais</i> .....	65
<i>LGBTQ</i> .....	71
<i>Melhor Idade</i> .....	74
<i>PcD's - Pessoas com Deficiência</i> .....	77
<i>Infância e Juventude</i> .....	80

# APRESENTAÇÃO

**E**sta carta programa tem como finalidade apresentar as propostas de governo desenvolvidas pelo pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, Fábio Júnior, sendo um acúmulo coletivo das plenárias, rodas de conversa e das lives que foram realizadas a partir da plataforma ***“Goiânia para quem constrói Goiânia”***.

Nossa plataforma é, sobretudo, um contraponto total às gestões anteriores da Prefeitura de nossa cidade, cuja centralidade sempre foi a de gerir Goiânia de acordo com os interesses da elite goianiense, transformando o poder público em seu próprio gabinete de negócios. Acreditamos que a cidade e sua gerência devem pertencer àqueles que realmente constroem a cidade: os de baixo, a classe que trabalha, que produz, mas que, infelizmente, é privada da sua plena capacidade de decidir sobre o seu próprio futuro.

Votar de quatro em quatro anos não é sinônimo de vida política, e muito menos de democracia. Por isso, defendemos o “poder popular”: o exercício diário da vida política dos trabalhadores em seus locais de trabalho, estudo, moradia, etc. Esse é o eixo da leitura que segue.



# MOVIMENTOS APOIADORES

**A** articulação da pré-candidatura pela **Unidade Popular** é uma iniciativa conjunta de diversos movimentos que se organizam em torno das principais lutas sociais que estão hoje sendo travadas no nosso Estado: pela educação, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos trabalhadores(as) da cidade e do campo, pelo direito à moradia, pelos direitos da juventude, etc.

Pela pauta da educação universitária, somos apoiados pelo **Movimento Correnteza**, um movimento nacional de estudantes organizados em universidades públicas e privadas na luta por suas pautas específicas, destaca, no apoio à pré-candidatura, que a educação no Brasil sempre foi pauta de segunda ordem, e que vivemos num processo de destruição da educação, com universidades públicas sendo sucateadas e universidades privadas cobrando mensalidades abusivas.

No âmbito da questão das mulheres, o **Movimento de Mulheres Olga Benário** destaca-se no nosso campo de apoio, por levantar nacionalmente a bandeira da emancipação feminina, construindo lutas por mais creches, casas de referência e apoio, e apontando sempre como saída para as contradições impostas pelo sistema capitalista às mulheres a necessidade de construção do socialismo.

Também entre os apoiadores, apresentamos o **Movimento Luta de Classes** (MLC), uma articulação nacional de trabalhadores e trabalhadoras que se colocam na linha de frente da luta sindicalizada, organizando segmentos da classe operária em suas diversas reivindicações, propagandeando politicamente que somente através da construção do socialismo será possível garantir o pleno emprego e a valorização do(a) trabalhador(a).

Em consonância com a principal bandeira do nosso programa, a reforma urbana, somos apoiados pelo **Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas** (MLB), um movimento nacional em defesa do constitucionalizado direito à moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo. Em Goiás, destaca-se pela construção da luta por moradia nas ocupações “Alto da Boa Vista”, em Aparecida de Goiânia, e “São Marcos”, na região Oeste de Goiânia. A reforma urbana é capaz de reduzir a fome, a desigualdade, o desemprego e diversas injustiças.

Desde 2013, esses setores organizados, e insatisfeitos com a falta de representatividade política dos velhos partidos e da corrupta política tradicional, se articularam em torno do programa da **Unidade Popular pelo Socialismo**, que visa findar as injustiças do Brasil e da nossa região, e, de forma consequente, pautar como saída imediata para a crise o investimento no povo, a reversão das retiradas de direitos e a melhoria dos serviços públicos. Porém, não se resolverão os problemas do povo brasileiro somente com política de gabinete, mas com mobilização, organização e luta nas ruas do nosso país, pois são nestes espaços, e dessa forma, que historicamente a classe trabalhadora se constituiu enquanto sujeito político consciente e capaz de decidir seus próprios rumos. O povo é a nossa força e a nossa voz, e é para as ruas que devemos levar o embate contra os retrocessos, a níveis federal, estadual e municipal, que ameaçam a nação. Por isso, convidamos todos e todas que se dispõem à luta e a construir um projeto socialista para o país a comporem os nossos movimentos e fortalecerem a luta por uma cidade que esteja nas mãos daqueles que verdadeiramente a constroem.



# QUEM É O CANDIDATO



**F**ábio Júnior, pré-candidato à prefeitura de Goiânia, é de Corumbaíba, interior de Goiás, e veio estudar na capital aos 14 anos. Desde então se apaixonou pela cidade. Ainda no Ensino Médio, começou a se interessar por política e, de lá pra cá, construiu diversas lutas dentro do Movimento Estudantil, principalmente por meio do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás (DCE | UFG). Também participou ativamente do processo de legalização da **Unidade Popular**, partido no qual é o atual Presidente Estadual e Pré-Candidato à Prefeitura de Goiânia.

No momento, está concluindo a graduação em Ciências Econômicas pela UFG e trabalha como motorista de aplicativo. Além disso, tem se dedicado à luta pela transformação da nossa cidade e dos espaços urbanos, mediante moradia digna e acesso a direitos básicos, como saneamento, saúde e educação, sempre ao lado daqueles que construíram e constroem cotidianamente Goiânia.



**NOSSA VICE  
CANDIDATA**

**O** Diretório Municipal se reuniu e após análise têm muito orgulho e felicidade em anunciar o nome da companheira Allyne Marinho como nossa Candidata à Vice Prefeita de Goiânia, compondo chapa com o Fábio Junior. Assim a UP Goiânia vai com “Chapa Pura” para a nossa primeira eleição. Vamo fazer uma campanha militante e colocar o nosso Projeto Político nos 4 cantos dessa cidade!

Allyne Marinho é estudante de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e trabalhadora de 21 anos. Atualmente reside em Goiânia na região sudoeste do Morro do Mendanha, no Parque Industrial João Brás, localizado entre os bairros Goiá, Goiânia Viva e Carolina Parque.

Pôde manter-se na escola pública até a conclusão do ensino básico, mesmo em meio à dificuldades. Naquele ambiente, e também por vivência própria, sensibilizou-se com as desigualdades e contradições da nossa sociedade e sistema econômico. Após iniciar o ensino médio no Instituto Federal de Goiás (IFG), ingressou no Movimento Estudantil e engajou-se nas lutas pela educação e da classe trabalhadora como as mobilizações pelo Passe Livre Estudantil e pela Redução da Tarifa da passagem do transporte coletivo, pautas que ainda demandam constante mobilização na cidade de Goiânia.

Foi a segunda da sua família a entrar na Universidade, após apenas da sua irmã mais velha, que atua com a advocacia trabalhista. Durante os primeiros anos na Universidade Allyn iniciou a carreira profissional como tantos outros jovens goianienses da mesma idade. Aos 18 anos recorreu à estágios precários como porta de entrada para o mercado de trabalho. Em seguida, também atuou como atendente de telemarketing, assistente administrativo e vendedora. Durante a pandemia e após perder seu posto de trabalho, como tantos outros trabalhadores e trabalhadoras, investe seu tempo em trabalhos informais.

Na Universidade, tornou-se militante da União Juventude Rebelião e atualmente faz parte do Diretório Central dos Estudantes, tendo participado de diversas mobilizações a favor da Educação. Ainda na UFG, por dois anos consecutivos, foi membro do Centro de Pesquisa e Simulação Olga Benário, tendo estimulado discussões e práticas importantes sobre a proteção ao meio-ambiente, às mulheres e à população vulnerável em geral, por uma sociedade igualitária e à favor dos direitos humanos. Sua posição política, portanto, faz oposição ao neoliberalismo, autoritarismo e ao facismo. Pelas pautas populares! Por uma Goiânia para quem constrói Goiânia.





**AS PROPOSTAS  
DA UNIDADE  
POPULAR PARA  
MUDAR GOIÂNIA**

**G**oiânia, como toda cidade, é fruto de uma construção coletiva, do trabalho social. Porém, nas últimas décadas, o espaço urbano tem sido refém dos interesses de grandes capitalistas do setor imobiliário e da construção civil, sendo tratado pelos governos como uma mercadoria. Em todo o Brasil, a especulação imobiliária, movida por bancos e grandes empreiteiras, se desenvolve sem controle: privatizam a cidade, corrompem e controlam prefeitos, governadores e parlamentares, aumentam indiscriminadamente o preço dos imóveis e aluguéis, e passam por cima de leis ou de qualquer um que atrapalhe seus negócios.

Dessa forma, a especulação imobiliária e fundiária agrava o problema do acesso à terra e à habitação: a falta de moradia alimenta a especulação, e ambos expulsam os pobres para a chamada “periferia da periferia”, lugares onde não existe o verdadeiro exercício da cidadania, pois quando se tem acesso à moradia nesses locais, com muita dificuldade se tem acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à eletricidade, à pavimentação, etc. Ou seja, a especulação se alimenta da miséria dos trabalhadores.

De acordo com dados de pesquisa do Instituto Mauro Borges, em 2018 cerca de 150 mil famílias (25,6% do total do CadÚnico) estão em condições de déficit habitacional, correspondendo a aproximadamente 430 mil pessoas em todo o Estado. O déficit habitacional é um problema relevante também na região metropolitana de Goiânia. Em nosso município, por exemplo, este é mais intenso, onde vivem cerca de 13,65% das famílias goianas que enfrentam este problema. E o principal fator que acentua esse dado é o valor médio dos aluguéis no município, situação que tende a se agravar com a pandemia do coronavírus.

O eixo central de nossa campanha é a reforma urbana e a luta

pela moradia digna. A nossa cidade é lugar de diversidade, de encontro, da convivência coletiva, da vida democrática. É por isso que todos devem ter direito à cidade, entendido como o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. O direito à cidade é também o direito de dizer em que cidade queremos viver, o direito de mudar a cidade, recriá-la, democratizá-la.

Defendemos, portanto, que o desenvolvimento urbano não atenderá mais à vontade da especulação imobiliária e passará a ser planejado para atender as necessidades da população. Não haverá mais terrenos e prédios desocupados, nem a propriedade privada do solo urbano, que passará a ser coletiva. O crescimento da cidade será igualitário, pondo fim às diferenças na qualidade de vida entre as diversas regiões. Os bairros populares serão bem equipados e terão oferta abundante de emprego, acesso à cultura, saúde e educação de qualidade, o transporte será melhor e todas as habitações serão dignas.

# HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO



**C**omo apresentado anteriormente, Goiânia é uma cidade que sofre com a chaga da falta de moradia, um problema que é simples de ser sanado, mas que não é resolvido por conta dos interesses fundiários e imobiliários de capitalistas. Estes, por meio da especulação imobiliária, que alimenta a falta de moradia e que, por conseguinte, retroalimenta a especulação, enchem o bolso de dinheiro às custas da miséria e da desgraça de nosso povo. Para isso, propomos:

- 1.** *Garantir condições dignas de vida para toda a população trabalhadora: direito à moradia, emprego, alimentação, saúde, saneamento, educação, transporte, cultura e lazer;*
- 2.** *Democratizar a propriedade da terra, pondo fim às grandes propriedades ociosas e desapropriando as áreas privadas que sejam de interesse social;*
- 3.** *Garantir a função social da propriedade, priorizando o interesse coletivo de toda a população;*
- 4.** *Destinar imóveis vazios para fins de moradia popular;*
- 5.** *Implementar tarifas sociais para os serviços públicos municipais;*

**6.** *Investir em obras de infraestrutura urbana que visem a maior integração da cidade, acabando com a divisão entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres;*

**7.** *Priorizar o transporte coletivo público e a melhoria das condições de mobilidade urbana da população;*

**8.** *Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade como formas de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano;*

**9.** *Incentivar e apoiar práticas de autogestão e produção social da cidade;*

**10.** *Preservar e recuperar o patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental;*

**11.** *Criar o “Programa de Coleta Solidária” para estimular o descarte consciente dos resíduos sólidos e promover o desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável com o objetivo de desenvolver práticas de Economia Solidária e ação de cooperativismo popular;*

**12.** *Fazer auditoria de todos os contratos da Prefeitura com as empresas de limpeza urbana, com a função de eliminar a corrupção e garantir que o dinheiro público seja utilizado efetivamente para o asseio e a conservação da cidade;*

**13.** *Estabelecer uma política de tributação progressiva do IPTU e regulamentar em Lei finalidade social para o mesmo.*

**SAÚDE**

**O** Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, por meio da Constituição Federal Brasileira, garantindo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado (Art.196). A descentralização do SUS e sua regionalização é necessária, tendo em vista a singularidade de cada região brasileira. Logo, em 2006, foi firmado o Pacto pela Saúde que reconhece o município como o principal responsável pela saúde de sua população.

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus demonstrou que defender o SUS é questão de sobrevivência. Assim, devemos sempre seguir seus três pilares: integralidade, universalidade e equidade. A integralidade está relacionada com um olhar holístico sobre o conceito de saúde, considerando o cidadão como um todo, entretanto, sem esquecer a comunidade e buscando garantir a qualidade de vida para todos e todas. Urge, então, a integração de ações: promoção de saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Por conseguinte, precisamos ampliar a atenção básica, pois ela é a porta de entrada do sistema de saúde. Além disso, a intersetorialidade é necessária por meio da garantia do acesso à água, esgoto, esporte, lazer, cultura, etc.. O conceito de universalidade assegura que o acesso às ações e serviços deve ser certificado à toda população de forma gratuita e livre de discriminação, independente de qualquer fator social e/ou pessoal. À vista disso, é preciso ampliar o alcance das unidades de saúde com a finalidade de atingir todos os bairros.

Por fim, a equidade tem o intuito de diminuir desigualdades, certificando a individualidade do paciente, levando em consideração a especificidade de cada população e reconhecendo a vulnerabilidade de certos grupos (indígenas, negros, quilombolas, portadores de deficiência, LGBTQ, situação de rua, idosos, crianças e mulheres). Isto posto, é perceptível a urgência de treinar os pro-



fissionais da saúde com o propósito de prepará-los para atender de forma eficiente as individualidades. Por isso, propomos: À vista disso, é preciso ampliar o alcance das unidades de saúde com a finalidade de atingir todos os bairros. Por fim, a equidade tem o intuito de diminuir desigualdades certificando a individualidade do paciente, levando em consideração a especificidade de cada população e reconhecendo a vulnerabilidade de certos grupos (indígenas, negros, quilombolas, portadores de deficiência, LGBTQ, situação de rua, idosos, crianças e mulheres). Isto posto, é perceptível a urgência de treinar os profissionais da saúde com o propósito de prepará-los para atender de forma eficiente as particularidades individuais.

**1.** *Fortalecer a atenção primária em saúde mediante ampliação do Programa de Saúde da Família, por meio das Unidades Básicas de Saúde e das Equipes de Saúde da Família;*

**2.** *As equipes de saúde devem ser multiprofissionais, ou seja, atuação de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, agentes comunitários de saúde, fisioterapeutas, profissionais de educação física, nutricionistas e psicólogos. Para garantir que essas equipes atuem de forma completa em todas as regiões goianienses, será prevista a abertura de concursos para as profissões citadas acima;*

**3.** *Garantia de acesso a atendimento psicológico à população no âmbito preventivo e recuperativo, com a manutenção dos já existentes Centros de Atenção Psicossocial, incluindo as especialidades infantil, transtorno mental e álcool e outras drogas, bem como Centros de Convivência Cuca Fresca e as Unidades de Trabalho e Produção Solidária em Saúde Mental. Além disso, é necessário criar mais unidades desse tipo em*

*Goiânia, acessando os bairros mais periféricos. Isso se dará através da destinação de mais recursos do orçamento municipal para a área de saúde, trabalhando para melhorar a infraestrutura e o atendimento do SUS;*

**4.** *Oferecer cursos de capacitação para profissionais da saúde com enfoque no processo saúde-doença de populações vulneráveis;*

**5.** *Garantir o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde a partir de boa infraestrutura, recursos materiais e insumos suficientes;*

**6.** *Implantar programas que busquem a valorização dos profissionais da saúde;*

**7.** *Aumentar o número de farmácias de referência nos distritos sanitários, facilitando o acesso aos medicamentos controlados;*

**8.** *Ampliar os Grupos de Apoio e os Núcleos de Apoio das Unidades Básicas de Saúde da Família, para assim assegurar o acesso de toda a população;*

**9.** *Implantar programas que visem o atendimento em casa de indivíduos que possuem dificuldade de locomoção: “Remédio em Casa” e “Fisioterapia em Casa”;*

**10.** *Qualificar profissionais da saúde para o atendimento de pessoas que não sabem ler e escrever, a universalização do acesso à saúde;*

**11.** *Fortalecer e divulgar a Conferência Municipal de Saúde, levando em conta o princípio organizativo do SUS de par-*

participação popular;

**12.** *Trabalhar com Medicina Preventiva, por meio da construção de ambientes ao ar livre, que proporcione a prática de exercícios físicos, além de buscar oferecer auxílio de profissionais da Educação Física;*

**13.** *Garantir o direito ao respeito do nome social nos atendimentos;*

**14.** *Introduzir um maior número de dentistas, técnicos e auxiliares nas UBS, aumentando os programas odontológicos;*

**15.** *Realizar ações em escolas da rede municipal para informar crianças e jovens sobre questões relacionadas à prevenção de doenças e promoção de saúde;*

**16.** *Efetuar as políticas de saúde para as populações vulneráveis (negra, indígena, LGBTQ, quilombolas, situação de rua, pessoa com deficiência, idosa, criança e mulher), garantindo a atenção integral em suas especificidades, nos diferentes níveis de complexidade;*

**17.** *Operar os sistemas de informação referente à atenção básica (SINAN, SI-PNI, SINASC, SIA e CNES) de forma transparente, alimentando regularmente o banco nacional com dados e utilizar essa ferramenta para realização de um planejamento eficaz baseado em nestes;*

**18.** *Priorizar a contratação de profissionais via concurso público;*

**19.** *Aprimorar a inserção dos profissionais da Atenção Básica nas redes locais de saúde, valorizando-os e provendo vínculos de trabalho que favoreçam o provimento e fixação*

*destes na rede pública;*

**20.** *Amplificar programas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, oferecendo cursos de educação sexual em UBS, garantindo a distribuição de preservativos e informando a população por meios de comunicação de massa (propagandas em televisão, redes sociais);*

**21.** *Fiscalizar UBS para reparar irregularidades na prestação de serviço público;*

**22.** *Defender o SUS e divulgar sua importância em campanhas midiáticas;*

**23.** *Promover a descentralização através da abertura de novas unidades de saúde nas periferias da cidade e cuidar de cada região de acordo com suas particularidades;*

**24.** *Ampliar a representatividade nos Conselhos de Saúde, abrindo espaço para que demandas de populações vulneráveis sejam atendidas.*

EDUCAÇÃO

**A** educação, enquanto ampla concepção, diz respeito à capacidade humana de produzir, transmitir e receber saberes, que alteram o mundo e, ao mesmo tempo, os próprios sujeitos. Os saberes estão nas famílias, nas ruas, nas brincadeiras, nas experiências e vivências dos seres humanos desde o seu nascimento até seu envelhecer. Assim, é indispensável que um partido que propõe a transformação da sociedade tenha como um de seus pilares a educação. As lutas sociais, são por si mesmas, grandes fontes de aprendizado.

É necessário pensar a educação formal que, atualmente no Brasil, se estrutura segundo a LDB/96 enquanto educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior (graduação e pós-graduação). A atuação do município, geralmente, se concentra na garantia da educação infantil, com creches e pré-escolas e na oferta do ensino fundamental. O espaço da educação formal é de extrema importância por se constituir num espaço de desenvolvimento da criança, de apresentação dos saberes científicos acumulados pela humanidade e de trocas entre a comunidade escolar. Entretanto, a política atual do município têm sido contrária a essas concepções: não abre escolas, mas fecha-nas, dificultando o acesso das crianças, das famílias e dos profissionais da educação ao sistema de ensino.

A **Unidade Popular**, por sua vez, repudia essa forma de



atuação e entende que educação deve ser pensada e planejada de modo que garanta a já existente, e prevista por lei, gestão democrática e participativa das escolas, a autonomia na construção dos projetos políticos pedagógicos e que implemente um novo modelo educativo pautado em educar para liberdade e autonomia, formando cidadãos críticos que vão fazer parte da História. Por isso, seguem as propostas deste plano de governo para a educação em Goiânia:

**1.** *Mapeamento por bairro da educação em favor do fim do analfabetismo e melhoramento do ensino público;*

**2.** *Somos contrários ao Programa Escola Sem Partido e favoráveis à inclusão do Projeto de Educação Sexual nas instituições de Ensino Básico municipais. Com a intenção de promover a autonomia do professor dentro da sala de aula, buscando a qualidade do ensino sem as barreiras que o Programa impõe. Incentivar o diálogo contra o abuso sexual e a percepção da escola como zona segura para a criança se expressar e fazer denúncias;*

**3.** *Fortalecer o EJA e convocar juntamente com a Secretária de Educação, professores e licenciandos para realizar frente de alfabetização nos bairros periféricos;*

**4.** *Construir um novo modelo educacional crítico, contrário ao modelo bancário normatizado, e favorável ao desenvolvimento intelectual de amplo espectro;*

**5.** *Implementação de bibliotecas em todas as escolas da rede municipal, fortalecimento e divulgação das bibliotecas*

*já existentes e fomentação de campanhas municipais de incentivo a leitura;*

**6.** *Aumento dos concursos públicos municipais na área da educação e expansão do salário dos educadores;*

**7.** *Ampliação dos CMEIs, com o objetivo de cessar o déficit goianiense em que, de acordo com a SEPLAN, 102 bairros de Goiânia não possuem Cmei e apenas 17 bairros possuem mais de um, o que é insuficiente;*

**8.** *Criação do programa “Escola Aberta” com o objetivo de garantir em cada escola a educação laica, com equipamentos tecnológicos, fornecimento de materiais escolares para alunos baixa-renda, valorização das histórias indígena, negra e regional, ensino de artes, xadrez, educação física, e alimentação para os estudantes e educadores, a partir das hortas comunitárias e agricultura familiar, além de possibilitar a integração da escola com a vida social dos bairros;*

**9.** *Cumprir a nova lei que garante a presença de Psicólogos Escolares e Assistentes Sociais nas escolas pública fazendo a contratação desses profissionais por meio de concurso público, de forma a garantir que esses profissionais possam atuar em todo o sistema de educação no território municipal;*

**10.** *Amplo diálogo com educadores dentro dos projetos propostos em favor de construir juntos a melhor educação municipal possível em nossa cidade;*

**11.** *Introduzir o ensino de programação na educação básica.*

# TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

**G**oiânia conta com uma frota de aproximadamente 1.170.000 veículos motorizados; um número alarmante por ser quase equivalente ao número total da população metropolitana que, segundo o censo de 2010, contava com 1,302 milhão de habitantes. Em consequência disso, o trânsito da cidade é, há anos, afetado por uma má gestão e abandono, o que tira do povo seu direito à mobilidade. Uma das áreas afetadas é a área do transporte público.

As várias contradições postas no sistema de transporte goianiense intriga a população, já que a alta da tarifa não condiz com a qualidade e a quantidade de transportes coletivos disponibilizados e nem com a totalidade da população que necessita desse serviço. Para a piora da situação, a precarização da empresa pública METROBUS – Transporte Coletivo S/A, que atua no transporte coletivo goianiense há mais de 50 anos, faz com que os governantes tentem justificar a privatização como única saída para a situação dos ônibus e eixos da grande Goiânia. Há ainda uma falta de estímulo e desvalorização de transportes alternativos como bicicletas e suas ciclovias, exploração de trabalhadores por meio de aplicativos de entrega e aplicativos de transporte urbano privado, etc.

Por essas e outras razões, a administração municipal de Goiânia deve se comprometer com a obtenção de um trânsito mais justo e fluido, garantindo que todo cidadão possa se locomover

com segurança e agilidade contando com um transporte público gratuito. Além desse cuidado com o transporte, deve haver também uma maior política de infraestrutura, que seja responsável pela manutenção ativa da planta cadastral do município de Goiânia, recomposição ou reposição asfáltica de qualidade, dentre outros serviços:

**1.** Auditoria de contratos de concessões de empresas de transporte do município pelo fim da sonegação fiscal e dos contratos favoráveis aos grandes empresários;

**2.** Redução imediata da tarifa do transporte público como ação inicial para um plano de gratuidade da passagem;

**3.** Promoção de uma melhoria das sinalizações verticais e horizontais da cidade;

**4.** Ampliação dos terminais e eixos;

**5.** Combater a sonegação fiscal, resgatando o dinheiro público do transporte municipal para ampliar o acesso da população;

**6.** Garantir a participação da sociedade nos debates referentes ao transporte por meio de Conferências Municipais do Transporte;

**7.** Criação de mais bicicletários públicos na cidade, para que os ciclistas tenham mais segurança para guardar suas bicicletas e para que mais pessoas sejam estimuladas a usar esse meio de transporte, sem correr o risco de terem a bicicleta furtada na rua;

**8.** Criação de novas ciclovias e ciclofaixas integrando

*todas as principais vias da cidade como forma de garantir maior segurança para este meio de transporte;*

**9.** *Pressionar o Governo Estadual com intuito de liberar o uso do Passe Livre, também, por desempregados em busca de emprego;*

**10.** *Promover projetos de ampliação de iluminação em praças e parques, aumentando assim a segurança dos ambientes e a oportunidade de lazer no período noturno;*

**11.** *Realização de obras de pavimentação em bairros periféricos;*

**12.** *Iluminação das vias de acesso entre os povoados e sede municipal;*

**13.** *Implantar uma Central de Controle do Tráfego para monitorar melhor o trânsito e propor intervenções rápidas para alívio do tráfego;*

**14.** *Estruturar redes de acolhimento, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, oferecendo serviços, especialmente albergues, que disponibilizem alimentação.*



# SEGURANÇA PÚBLICA

**E**m diferentes debates que fazemos na nossa sociedade, sempre surgem aqueles que a todo momento se referem à segurança pública enquanto uma questão de mera repressão. A resposta tende a se basear no aumento da punição, em mais armas e mais violência contra aqueles que cometem crimes e, com isso, alimentamos uma guerra sem fim. Porém, vale ressaltar: não nos sentimos mais seguros.

Dessa forma, em todos os âmbitos da segurança pública, candidatos continuam defendendo mais armamentos e aumento da violência policial como resposta. O que não se percebe pela defesa da violência estatal enquanto resposta ao crime, é que apenas garantir mais armas e mais punições não tem nos ajudado, pois o trato com a segurança pública deve se dar com inteligência e não com brutalidade; esta apenas piora o problema, pois dissolve os limites legais de atuação das polícias, ao aumentar a corrupção interna, a agressão contra a população jovem, negra e periférica, e agravar a situação, distanciando o governo do cerne da questão.

Evidentemente, a violência nas nossas cidades é um grande problema que não irá desaparecer instantaneamente, porque tem raízes bem profundas. Por isso, é necessário aumentar redes de integração das polícias, fortalecimento de instâncias de acolhimento de vítimas de violência, qualificação profissional e melhoria de condições de trabalho para os agentes policiais, sendo esses ape-

nas alguns dos pontos necessários que devemos frisar. Visamos atuar de forma preventiva no que diz respeito ao problema de segurança, investindo em infraestrutura urbana, como por exemplo, iluminação e câmeras de segurança. Cientes de que a política preventiva por si só não resolve o problema, propomos uma política de segurança pública que efetive direitos do povo e das vítimas:

- 1.** Fortalecer a atuação em segurança primária para atacar as causas do aumento dos indicadores criminais, que podem ser diminuídas com enfrentamento causal, como: a evasão escolar, o desemprego, pela necessidade de revitalização urbana, ampliação do aparelho público destinado a elevar o nível social com foco nos bolsões de problemas diagnosticados;
- 2.** Instituir a Secretaria de Segurança Pública Municipal;
- 3.** Instituir a política municipal de segurança pública;
- 4.** Direcionar a política de integração de segurança no âmbito do município;
- 5.** Desenvolvimento de Conselhos Comunitários de Segurança nos Bairros;
- 6.** Realizar a conferência municipal de segurança, com objetivo de promover debates sobre segurança pública com toda a sociedade;
- 7.** Criação da rede digital (aplicativo) de segurança cidadã, envolvendo central de denúncias, com objetivo de estabelecer com a comunidade, a sociedade civil organizada e par-

ceiros uma Central de Monitoramento;

**8.** Extinguir a Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), integrando seus agentes à Guarda Civil Metropolitana (GCM), a partir da unificação não somente de atuação, como também dos brasões, utilizando o brasão do Governo Municipal para evitar que haja subdivisões internas;

**9.** Fortalecer pesquisas críticas que estudem os fatores criminológicos;

**10.** Instituir um programa de formação em direitos humanos para os agentes da Guarda Civil Municipal;

**11.** Instituir um plano de carreira único e continuado para a Guarda Civil Metropolitana;

**12.** Integrar o videomonitoramento municipal com o videomonitoramento estadual;

**13.** Intensificar a fiscalização de trânsito em apoio à Secretaria Municipal de Trânsito;

**14.** Vincular fiscalização de trânsito nos pontos prioritários de segurança pública diagnosticados;

**15.** Integrar a Guarda Municipal no sistema de inteligência de segurança pública do Estado de Goiás;

**16.** Integrar a Guarda Municipal com o Sistema de Registro de Atendimento Integrado de Segurança Pública do Estado de Goiás;

**17.** Estabelecer parceria entre o estado e a Prefeitura para

*auxiliar no trabalho junto às Delegacias;*

**18.** *Fortalecer as existentes e criar novas casas de acolhimento de vítimas e familiares de violência.*

# GESTÃO PÚBLICA



**A** questão central da gestão pública de uma cidade se concentra na distribuição de recursos. De onde virão, para onde vão e quanto será? Nos momentos de pandemia, entretanto, o orçamento fica restrito e a administração municipal se vê na impossibilidade de conciliar todos os interesses dos habitantes da cidade. O problema é que, em detrimento das necessidades da maioria, os interesses da minoria abastada são apresentados como prioridades. Mas qual a saída para isso?

Em primeiro lugar, é necessário alcançar novas formas de custeios para os Municípios, forçando os Governos Federal e Estadual a direcionarem maior monta de gastos para as Prefeituras que, por sua vez, devem ter como prioridade o povo trabalhador. Além disso, é preciso democratizar a gestão pública da cidade, aumentando a monta de orçamentos participativos e a modificando a forma de deliberação. É necessário criar conselhos de base para a gestão da cidade, desde o direcionamento do seu espaço físico até a questão orçamentária.

Deste modo, quando a maioria puder exercer o seu direito e vontade não apenas pelo voto, teremos uma democracia mais completa que se une à gestão da cidade. Só assim, construindo espaços comuns de gestão e participação popular, a imensa maioria dos trabalhadores poderá, de fato, decidir sobre a cidade, negando toda política de gabinete a favor da minoria rica e poderosa. A partir disto, apresentamos nossas propostas:

- 1.** *Instituir o Conselho Participativo Municipal, órgão de participação popular junto a Prefeitura;*
- 2.** *Realizar com maior frequência Audiências Públicas e outras iniciativas de participação popular no Executivo;*
- 3.** *Fazer o planejamento de recursos, de forma a priorizar a redução das desigualdades locais, ou seja, maior investimento em infraestrutura nas regiões periféricas e historicamente abandonadas;*
- 4.** *Auditoria permanente na fiscalização das compras e recebimento de mercadorias;*
- 5.** *Tornar Goiânia referência nacional em transparência da gestão municipal com transparência total e absoluta nas informações do município;*
- 6.** *Buscar padrões de eficiência e eficácia na gestão pública municipal por meio da otimização de recursos, com foco em resultados e gestão orientada por processos de avaliação contínua;*
- 7.** *Estruturar a Coordenadoria de Comunicação a fim de unificar o discurso e as práticas adotadas tanto pelo gabinete do prefeito quanto pelas secretarias, autarquias e fundações integrantes da estrutura da administração municipal;*
- 8.** *Reduzir os cargos comissionados para 30% do número atual, impedindo que comissionados tenham, exercendo a mesma função, salário maior que um servidor de carreira, e que sejam selecionados pela comunidade;*
- 9.** *Estabelecer um programa de formação profissional*

*para o funcionalismo público municipal, de forma a capacitar os investidores a prestarem serviços condizentes com uma gestão dinâmica e transparente;*

**10.** *Zelar para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas e projetos públicos;*

**11.** *Realizar a integração interna na comunicação para garantir um bom fluxo de informação de modo a permitir a motivação no ambiente organizacional para a plena execução das metas e propostas de cada departamento da prefeitura de Goiânia;*

**12.** *Desenvolver e incentivar o turismo de negócios, promovendo feiras de vestuário, agronegócio e outros;*

**13.** *Incentivar o turismo “Art Déco” de Goiânia através de difusão de informações dos complexos turísticos goianenses para as comunidades nacional e internacional;*

**14.** *Criar o Espaço Cultural do Paço Municipal; requalificar e revitalizar outros espaços culturais;*

**15.** *Requalificar e modernizar os espaços públicos referenciais, promovendo um calendário de eventos para fomentar o turismo.*

# PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

**A** Seguridade Social é proposta como meio de diminuir a desigualdade e leva em consideração a antiga preocupação com a necessidade de dignidade na idade avançada e na incapacidade. O artigo 194 da Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a Seguridade Social e a define como: “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à ‘assistência social’.” Logo, compreendemos a previdência como um direito fundamental do cidadão e um dever do Estado em todas suas esferas.

Além disso, a Constituição (art.40) assegura a todos os servidores, em cargo efetivo, um Regime Próprio de Previdência (RPPS), sendo que esse é cumprido, em nosso município, pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Goiânia (IPSPM). O IPSPM é uma autarquia municipal que visa garantir os recursos e os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado a este. Na contemporaneidade, o fator da Previdência Social se tornou, para muitos, um problema, considerando o aumento da expectativa de vida e a conseqüente necessidade de ampliação do sistema. Contudo, entendemos a imprescindibilidade dessa ser mantida e defendida. Para tanto, é preciso criar programas para melhorar sua administração e impedir que o dinheiro da aposentadoria seja colocado no mercado financeiro. Para nós, aposentadoria é solidariedade entre gerações. Por isso, defendemos:

- 1.** *Propor redução do tempo de serviço mínimo para 25 anos;*
- 2.** *Impedir que o dinheiro da aposentadoria seja colocado no mercado financeiro, evitando seu possível déficit;*
- 3.** *Conceder e gerir os benefícios previdenciários dos segurados de forma transparente;*
- 4.** *Administrar o FUNPREV (Fundo Previdenciário) de maneira eficiente, beneficiando sempre o trabalhador;*
- 5.** *Promover cursos visando a Educação Previdenciária, com intuito de deixar o cidadão a par de seus direitos e deveres;*
- 6.** *Buscar novas fontes de custeio do FUNPREV, visando sua manutenção com ausência de déficits;*
- 7.** *Melhorar a comunicação entre os RPPS, o Ministério da Previdência Social, as Unidades Gestoras e os Tribunais de Contas, para garantir uma efetiva troca de informações, por meio de cooperação técnica dos agentes envolvidos;*
- 8.** *Manter um diálogo constante com a população, abrindo espaço para representatividade do trabalhador acerca de seu direito previdenciário;*
- 9.** *Impossibilitar, através de vetos, reformas na previdência municipal que prejudiquem o servidor.*

# EMPREGO E RENDA



**S**egundo dados do IBGE, a taxa de desemprego na cidade de Goiânia foi de 10,8% no terceiro trimestre de 2019, denunciando um aumento de 1,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano de 2018, sendo, dessa maneira, a maior variação do país. Sabemos que essa taxa é elevada e que o correto seria o pleno emprego a todos, mas com a ineficiência econômica do sistema capitalista, milhares de trabalhadores são privados de seus direitos a bens e serviços. O que também sabemos é que a política da atual Goiânia está voltada a garantir lucro apenas de grandes empresas e latifundiários, abandonando por completo os trabalhadores que mais sofrem com a crise instalada. As poucas vagas formais criadas não aliviam as preocupações do trabalhador, sendo essas ainda maiores nas vagas informais.

Com o aumento do desemprego, surgem os subempregos e em condições extremamente precárias, negligenciados pelas leis de trabalho e marginalizados pelo município, revelando que o povo nunca está amparado. Visto isso, percebe-se que a burguesia junto ao Estado vêm atacando fortemente o cidadão, coisificando-o, explorando-o e “flexibilizando” não só suas condições trabalhistas, mas também sua condição de vida. Porém, essa é uma condição específica gerada pelo capitalismo, mas com luta popular e construção de uma sociedade socialista, o trabalhador alcançará sua dignidade econômica. A partir disto, pontuamos:

**1.** Criar programas de implantação de melhores condições de trabalho aos Garis, que atuam profissionalmente na limpeza urbana, oferecendo aumento de salário aos trabalhadores, inclusão de vigias e agentes de preparo de alimentos no adicional de insalubridade, aumento no tíquete alimentação, entre outras reivindicações;

**2.** Combater o trabalho infantil assegurando às crianças meios de acesso ao lazer, ao aprendizado de qualidade e à infância plena;

**3.** Criar Agências municipais que auxiliem e acelerem o processo de busca por emprego do trabalhador, e garantam um posto de trabalho remunerado aos desempregados em diversas áreas;

**4.** Garantir e sustentar projetos de Reforma Urbana, a fim de uma democratização dos espaços da cidade e acesso pleno à emprego, levando até a periferia postos de empregos que, na maioria dos casos, se encontram nos centros urbanos;

**5.** Incentivo à produção social de moradia, o que possibilita o surgimento de empregos mediante autoconstrução das casas por cooperativas locais;

**6.** Desenvolver e investir em cursos técnicos e profissionalizantes de formação social para a capacitação e empregabilidade da juventude, mulheres, desempregados em geral, com o objetivo de facilitar seu ingresso no mercado de trabalho;

**7.** Criar políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento do trabalho nos pequenos negócios, em consonância

*com a difusão tecnológica, assessoria de gestão, acesso aos mercados e ao crédito;*

**8.** *Regulamentar e promover o cadastro municipal de vendedores ambulantes com objetivo de descriminalizar a atividade e garantir os direitos trabalhistas destes;*

**9.** *Valorização dos trabalhos no âmbito cultural e artístico;*

**10.** *Promover discussões com motoboys e entregadores para implementação de uma comissão que vise a criação de uma empresa pública de aplicativos, a fim de fornecer aplicativos que não explorem os trabalhadores;*

**11.** *Regulamentação do transporte alternativo na garantia dos direitos dos trabalhadores e pelo fim da uberização do trabalho.*

**MEIO AMBIENTE**

**C**onsiderando o acelerado e desordenado processo de urbanização da cidade de Goiânia, graves problemas ambientais provieram de seu planejamento desigual e são extremamente visíveis nos dias de hoje. Entre os maiores problemas ambientais encontrados na nossa cidade estão a poluição atmosférica, má destinação de lixo, as ilhas de calor e os pontos de alagamento.

Por mais que Goiânia há muito tenha sido condecorada por seus pontos turísticos arborizados, além de seus belos parques que contam com uma grande diversidade natural, essa não é uma realidade encontrada nas periferias da cidade. Os programas de incentivo à arborização na capital realizadas pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), como o Programa Plante a Vida, não levam em consideração os bairros que carecem de parques e praças arborizadas, permitindo que tais benefícios sejam visíveis apenas nos bairros centrais e/ou tradicionais.

Além disso, o aterro sanitário de Goiânia, que já deveria ter sido eliminado, se mostra como um risco ambiental para as áreas residenciais no seu entorno, uma vez que não está suportando mais a quantidade de resíduo. Ademais, sua existência também traz riscos à saúde dos trabalhadores que atuam de forma irregular no local.

Esses são alguns dos problemas que assolam o meio ambiente da cidade. Dessa forma, as propostas estão envoltas nos objetivos de promover programas de proteção ao meio ambiente, da criação de vias mais eficientes que evitem as ilhas de calor, de campanhas que possam efetuar a arborização nas regiões periféricas da cidade, entre outros projetos que coloquem a nossa cidade como uma exemplo de ambiente sustentável. Propomos:

- 1. Realizar o planejamento urbano, mediante a rediscussão do plano diretor com a população, para que seja acompanhado o crescimento da cidade, orientando adequadamente a contínua construção de Goiânia;*
- 2. Realização de campanhas municipais nos bairros com intuito de levar as práticas de plantio e uso do solo para os bairros periféricos, expandindo a arborização na cidade;*
- 3. Organizar campanhas de plantio de árvores frutíferas nos parques e praças;*
- 4. Criação de lei que conceda descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os proprietários que cultivem plantas nativas;*
- 5. Identificar as áreas de preservação da cidade com placas de conscientização e criar prêmio anual para organizações que auxiliem na fiscalização de áreas de preservação;*
- 6. Concluir o Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns;*
- 7. Comprometimento com formas mais rígidas de proibição de queimadas urbanas;*
- 8. Planejamento emergencial da construção de um novo*

aterro sanitário;

**9.** Criação de lei que conceda descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para microrregiões que tenham bom desempenho na coleta seletiva;

**10.** Disponibilização de serviços para destinar adequadamente os restos de entulhos de construções civis e criar um Selo Verde da Prefeitura para premiar obras construídas que reaproveitam entulho processado;

**11.** Fomentar usinas de compostagem, melhorias na coleta seletiva e subsídio à cooperativas de catadores de material reciclável;

**12.** Criação de uma semana comemorativa com intuito de conscientizar a população sobre os problemas ambientais da cidade;

**13.** Profissionalizar guias ambientais que contribuam para a preservação e a conscientização de visitantes nos patrimônios naturais;

**14.** Disponibilização de dispositivos hidráulicos de controle de água nos prédios públicos.

# ESPORTE E LAZER



**O** esporte e o lazer são direitos fundamentais de todo cidadão goiano, porém infelizmente, muitas vezes somente quem tem dinheiro pode praticar, assistir um evento esportivo e/ou dedicar-se profissionalmente ao esporte. Somos contra a elitização dos esportes, todos os cidadãos devem ter o direito de igualmente ter acesso a prática destes e também poderem desfrutar de eventos esportivos com segurança, pois a violência é um mal que afasta cada vez mais pessoas de esportes, como o futebol. Por isso, pautamos:

**1.** *Garantir que Goiânia esteja a frente do cumprimento do Estatuto do Torcedor, a fim de assegurar uma redução da violência entre as torcidas no futebol;*

**2.** *Criação de um Departamento de Futebol Amador visando resgatar o futebol de várzea, símbolo cultural do nosso estado e da nossa cidade, estimulando a participação de crianças, jovens e adultos na prática do futebol, descentralizando, assim, a gestão da política de esporte e lazer para as entidades populares, como meio de ampliar as atividades esportivas nos bairros;*

**3.** *Instituir Torneios Esportivos Estudantis Municipais com regularidade definida;*

**4.** Estimular a participação das mulheres em todas as modalidades esportivas;

**5.** Reconstruir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer;

**6.** Atuar em conjunto com o governo Estadual, as equipes e a Federação Goiana de Futebol a fim de diminuir a tarifa dos ingressos de partidas, garantindo o amplo acesso. Somos contra a gourmetização e a elitização desse esporte que é um patrimônio cultural dos trabalhadores/as goianos;

**7.** Criação de Centros Esportivos Comunitários, geridos pela própria comunidade, com apoio aos eventos esportivos realizados nos bairros, estimulando a prática não somente de futebol, mas também de voleibol, handebol, basquetebol, capoeira, artes marciais e diversos outros esportes, conforme a demanda da comunidade. Também ampliaremos as ações de escolinhas esportivas existentes nos bairros da cidade, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados à vivência esportiva.

**CULTURA**

**C**ompreendemos a cultura enquanto aspecto catalisador fundamental para engajamento, participação e mudança social. A cultura é um bem de todos que deve ser acessado a fim do reconhecimento da identidade do povo goiano, sua história e memória. É necessário zelar pela preservação, fortalecer, incentivar e fomentar os centros culturais, museus, o patrimônio histórico-cultural de Goiânia e as manifestações artísticas e culturais que acontecem por toda a cidade em sua pluralidade e diversidade, por meio de políticas públicas. Além disso, é necessário trabalhar pelo amplo acesso à cultura garantido, sobretudo, pelo direito à cidade.

Em Goiânia, as mais diversas manifestações artísticas e culturais populares, nas quais a população - em especial a periférica - ocupa as ruas e espaços públicos da cidade (a exemplo do Chorinho, as batalhas de RAP, os Slam's, entre outras), têm sofrido repressão. Essa repressão perpetua a lógica excludente, elitista e racista de acesso à cidade. Deve ser responsabilidade da Prefeitura fortalecer e fomentar o circuito cultural da cidade, inclusive nas regiões periféricas, promovendo a inclusão e a ocupação da cidade pelo povo.

Incentivar a cultura na nossa cidade e garantir as condições de acesso são ações essenciais para o reconhecimento da identidade do povo goianiense, sua memória, sua história e a criação de uma Goiânia mais justa e igualitária. Sendo assim, apresentamos nossas propostas:

**1.** *Cumprimento da Lei Municipal de Cultura (Lei nº 9954 de 05 de dezembro de 2016), em especial regularizando os recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FAC), instituindo regularmente os editais de incentivo nas diversas áreas da cultura;*

**2.** *Ampla divulgação da Conferência Municipal de Cultura, promovendo a participação ativa da população goianiense, artistas, trabalhadores do setor, professores, estudantes e todos interessados na formulação das políticas culturais do município;*

**3.** *Fortalecimento dos equipamentos culturais de memória em Goiânia, como museus e centros culturais. Fomento aos Centros Culturais: Goiânia Ouro, Estação Cultura, Marietta Teles e Mercado Popular 74; e Museus municipais: Museu de Arte de Goiânia e Museu Frei Confalonni, com ampliação do investimento em toda a cadeia museológica com formação, equipamentos e ferramentas;*

**4.** *Criação de centros educativos de arte comunitária, com o estudo de música, teatro, dança, artes plásticas e audiovisual de forma pública, gratuita e de qualidade, principalmente nas regiões periféricas na intenção de universalizar o acesso ao estudo das artes;*

**5.** *Realização anual do Festival de Cultura Goianiense, para a ampla promoção da cultura popular local e valorização dos artistas e trabalhadores da cultura da cidade;*

**6.** *Realização de concursos municipais anuais de música, dança, gastronomia, artes plásticas, teatro, escrita e audiovisual, com foco em atingir a juventude goianiense;*

**7.** *Pelo fim da criminalização dos eventos de rua: batalhas de rap, chorinhos, blocos fora de época, etc.; pela democratização do acesso à cultura;*

**8.** *Criação do Circuito Cultural “OcupaBeco” pela realização de eventos culturais abertos nos becos do Setor Central. Pela difusão cultural, acesso do povo à cidade e pelo fim da criminalização desses espaços;*

**9.** *Criação do Circuito Cultural Goianiense como um programa municipal que visa promover a difusão das manifestações artísticas e culturais da cidade de forma descentralizada, promovendo o acesso da população à diversidade de manifestações culturais e artísticas por toda a cidade;*

**10.** *Criar parcerias entre o Estado e o Município para a realização de feiras, exposições, oficinas de artes no Centro Cultural Cora Coralina e outros pontos de cultura de Goiânia que estão sob a responsabilidade do Estado.*

**MULHERES**

O capitalismo, desde seu início, tem por objetivo o aumento de lucros mesmo que, para isso, seja necessária a total submissão do povo. Explora e atravessa os direitos da sociedade e os que mais sofrem são sempre os mais vulneráveis, estando nesse meio as mulheres. O capitalismo, com seu costume de apoiar e favorecer o opressor, assegura que a estrutura patriarcal continue massacrando a mulher, principalmente, a pobre e negra. O percentual de violência contra a mulher negra é exorbitantemente maior, denunciando sua posição de alvo central da exploração e das opressões advindas do sistema atual.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018, e 61% delas era negra (soma de pretas e pardas, de acordo com classificação do IBGE). Esses dados revelam que além do machismo como obstáculo na caminhada dessa mulher, há ainda o racismo estruturado nas raízes de sua vivência, e que essas opressões dificultam imensamente a obtenção de uma vida digna de plenos direitos. No estado de Goiás, todos esses números tendem a crescer, pois, segundo a diretora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG), Angelita Lima, o serviço público desqualificado, cortes de recursos e enfraquecimento de políticas públicas interferem em um processo [de melhora] que vinha, desde 2006, crescendo. Além da violência física sofrida pe-



las mulheres, há ainda a violência institucional.

Na sociedade em que vivemos ficou naturalizada a condição da mulher de responsável pelo trabalho doméstico, pelo cuidado da família, trabalho esse não valorizado, pois no geral não entendemos sua importância. A mulher já carrega em sua vida um histórico de condições exploratórias de trabalho. Porém, essa exploração não se encerra nas fábricas e empresas, tem sua continuidade em casa com suas extensivas jornadas domésticas e nenhuma retribuição econômica.

Esses e outros meios de violência contra as mulheres são recorrentes em um sistema capitalista, composto por diversas contradições as quais afetam, principalmente, essa camada da sociedade. Sendo assim, deve haver um programa de governo na cidade de Goiânia essencialmente socialista, que lute contra toda essa linha de exploração e que tenha como base política a conscientização de toda a população sobre a situação violenta que a mulher vive. Com a finalidade de atingir nossos objetivos, pontuamos:

**1.** *Promover, junto à Secretaria de Mulheres, campanhas permanentes de conscientização contra violência de gênero, machismo e assédio;*

**2.** *Instituir nas maternidades municipais centros de parto humanizado;*

**3.** *Promover formação para profissionais da saúde no combate a violência obstétrica;*

**4.** *Criar e/ou ampliar Centros de Referência da Mulher e CIAM (Centro Integrado de Atendimento à Mulher) para atendimento de vítimas de violência doméstica, permitindo, as-*

*sim, que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário;*

**5.** *Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência, disponibilizando mais Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs) e aumentando seu funcionamento para 24 horas por dia;*

**6.** *Criação de Lavanderias Comunitárias em centros estratégicos de cada região de Goiânia, com o intuito de coletivizar e tornar mais acessíveis mecanismos que desconstruem a noção de que essas tarefas devem ser feitas no âmbito privado e apenas por mulheres;*

**7.** *Garantir um amplo acesso à saúde, planejamento reprodutivo e direitos sexuais seguindo a cartilha da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher do SUS;*

**8.** *Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual, o tráfico de mulheres e o consumo de imagens estereotipadas da mulher;*

**9.** *Promover a organização de mulheres que vivam em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas, por meio da Secretaria da Mulher;*

**10.** *Criar políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino;*

**11.** *Capacitar profissionais de áreas tanto da saúde, como da segurança e do ensino, com o objetivo de um atendimento*

*mais humano em situações de violência e abusos;*

**12.** *Investir na infraestrutura das ruas com iluminação adequada e maior vigilância na intenção de prevenir situações de violência;*

**13.** *Criar apoio multidisciplinar e mecanismos para coibir e eliminar todas as formas de violência estrutural contra a mulher envolvendo programas de maior acesso ao meio político, melhores condições de atendimento em todos os âmbitos, etc;*

**14.** *Priorizar a intermediação de mão-de-obra feminina nas ações do Sistema Nacional de Emprego – SINE/ GO;*

**15.** *Fomentar a criação de mais cursos municipais para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo portadoras de deficiências, como trabalhos artesanais, mecânicas, carpintarias, tecnologias da informação e comunicação, com organização de pequenas empresas que absorvam essa mão de obra;*

**16.** *Desenvolver amplas campanhas junto à sociedade para divulgação das leis de proteção à mulher, especialmente dos direitos das trabalhadoras.*

# QUESTÕES RACIAIS

**N**o Brasil vivemos sob o mito da democracia racial que tenta apagar as mazelas produzidas por três séculos de escravidão dos corpos negros. Dessa forma, é comum ouvirmos que há igualdade e que o racismo não existe, contudo dados e estudos nos revelam outra realidade. Logo, é perceptível que essas mentiras implantadas em nossa sociedade servem para mascarar o massacre do povo negro brasileiro, fazendo da luta antirracista mais uma propaganda vazia de sentido do que uma ação efetiva.

Com um olhar atento sobre a atualidade, compreendemos que falar sobre questões raciais é falar sobre moradia, educação, saúde, mercado de trabalho, violência e representação política, tendo em vista que a população indígena e negra possuem severas desvantagens em relação à branca.

Segundo o Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos, 75% das pessoas em situação de rua em Goiânia são negras e 77% da população carcerária é negra (cabe destacar que 42% nem se quer tiveram condenação). É fato inconteste que esses dados nos revelam uma população goiana contaminada por racismo - estrutural, institucional e individual.

Assim sendo, são necessárias políticas afirmativas para diminuir qualquer tipo de violência racial, seja ela biológica, psíquica, social ou física, engendrando a redução das desigualdades e do impacto do racismo, e compreendendo que esse só chegará ao fim, por conta de sua dimensão estrutural e estruturante, junto com a derrubada do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista. Por isso, propomos:

- 1.** Fortalecer a Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, para garantir espaço institucional, ampliando as políticas públicas sobre o tema e luta contra intolerância religiosa às religiões de matrizes africanas;
- 2.** Tornar o dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, um feriado civil municipal com intuito de destacar a vida e luta de Zumbi dos Palmares;
- 3.** Garantir o cumprimento da Lei 10.639/2003, obrigando o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas, visando fortalecer a consciência e identidade racial da população racializada brasileira;
- 4.** Ampliar a verba para políticas e campanhas de combate ao racismo em Goiânia;
- 5.** Exoneração mediante processo administrativo de servidores que apresentarem condutas racistas, sendo punidos e processados de acordo com a Lei nº 7.716 que define os crimes de racismo;
- 6.** Qualificar profissionais da saúde para o atendimento especializado em questões específicas da população negra através do cumprimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- 7.** Garantir aprovação de lei que destina 30% das vagas dos concursos públicos municipais aos negros e indígenas;
- 8.** Executar nas escolas políticas que visem denunciar as mazelas causadas pelo racismo, buscando evitar sua propagação;

**9.** *Aumentar a quantidade de Unidades Básicas de Saúde nas proximidades de populações indígenas, atendendo o princípio de universalidade do SUS e garantindo sua descentralização;*

**10.** *Proporcionar cursos para profissionais da saúde sobre a importância do respeito à cultura de povos indígenas e quilombolas durante o atendimento médico;*

**11.** *Renomear ruas e retirar estátuas, monumentos e qualquer resquício do racismo estrutural e lembrança romântica do processo colonizador;*

**12.** *Coordenar projetos, programas, proposição de projetos de lei e outras políticas públicas voltadas a acabar com as desigualdades raciais;*

**13.** *Capacitar professores acerca da importância do respeito à diversidade cultural e religiosa das populações de matrizes indígenas e africanas;*

**14.** *Aferir e combater o impacto biopsicossocial do racismo e da discriminação no perfil de morbimortalidade de negros e indígenas;*

**15.** *Assegurar a implementação do programa municipal de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatia prevalentes em afrobrasileiros;*

**16.** *Fortalecer os mecanismos de fiscalização quanto à prática de discriminação racial no mercado de trabalho;*

**17.** *Gerar a capacitação e assistência técnica, por meio do oferecimento de cursos exclusivos à população indígena e negra;*

**18.** *Expandir o apoio a projetos de economia popular e solidária nos grupos produtivos e organizados por negros e indígenas;*

**19.** *Estimular os órgãos de segurança pública municipal a atuarem com eficácia na proteção das comunidades de terreiros, quilombos e aldeias;*

**20.** *Integrar as necessidades do povo negro nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional;*

**21.** *Desenvolver métodos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social e combate à fome, garantindo representatividade de todos os grupos étnico-raciais;*

**22.** *Proporcionar o acesso do povo negro, quilombola e indígena, urbano ou rural, aos programas de política habitacional do município;*

**23.** *Certificar a eliminação da veiculação de estereótipos de gênero, raça, cor e etnia nos meios de comunicação;*

**24.** *Combater e acabar com a violência obstétrica aplicada às mulheres negras;*

**25.** *Propor reuniões semestrais com representantes das comunidades remanescentes de quilombolas e aldeias objetivando proporcionar maior representatividade nas tomadas de decisões municipais;*

**26.** *Identificar sistemas de indicadores, com o propósi-*



*to de estabelecer metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas com a promoção da Igualdade Étnico-Racial;*

**27.** *Campanhas permanentes de conscientização antirracista voltadas para servidores públicos de todos os poderes do município.*

The image features a vertical rainbow flag with six horizontal stripes of equal width: red at the top, followed by orange, yellow, green, blue, and purple at the bottom. Centered horizontally and spanning across the yellow and green stripes is the text "LGBTQ+" in a bold, black, sans-serif font. The letters have a slight shadow or outline effect, making them stand out against the background.

**LGBTQ+**

**D**e acordo com a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) – uma das poucas organizações que se dedica a registrar os casos de homicídio contra LGBTs – em 2018, lamentavelmente, o Brasil bateu novamente os recordes de violência: 1 homicídio a cada 19 horas, sendo o país do mundo com o maior índice.

Goiás, segundo o balanço do Disque 100, foi proporcionalmente o segundo Estado com mais denúncias de violência contra a população LGBTQ no primeiro semestre de 2018. No Brasil, não existem mecanismos institucionais ou vinculados aos organismos de segurança pública que quantifiquem a violência para ao menos possibilitar uma análise estatística. Entretanto, observando a realidade em nossa cidade notamos que a comunidade LGBTQ sofre cotidianamente, para além da violência física, abusos psicológicos dentro e fora do ambiente familiar que estão ligados ao preconceito.

Com isso, é imprescindível pautarmos assistência social ao povo goianiense que faz parte da comunidade LGBTQ, pois essa luta é dever de todos, independente de sua orientação sexual e identidade gênero. Isto posto:

- 1.** Criação da Secretaria Municipal de apoio à comunidade LGBTQ;
- 2.** Cumprimento do decreto no 265 de 29 de janeiro de 2015 que visa o respeito e usabilidade do nome social de trans e travestis nos âmbitos públicos municipais;
- 3.** Fomentação da Atenção Básica e Atenção Especializada para pessoas T em processo de transição a partir do SUS;
- 4.** Criação de uma Casa de Apoio aos LGBTQs, no setor Central, que sofreram ataques, abusos ou foram expulsos de casa em decorrência de homofobia ou transfobia, visando o acolhimento dessas pessoas, com atendimento médico, psicológico e psiquiátrico de forma gratuita, e realização de formação profissionalizantes em diversas áreas;
- 5.** Criação de cotas para pessoas trans nos concursos públicos municipais para que, dessa forma, elas possam ser inseridas no mercado de trabalho;
- 6.** Criação de campanhas para combater o assédio moral, sexual e toda forma de violência contra a comunidade LGBTQ com o objetivo de conscientizar a população goianiense e com ela debater assuntos relacionados;
- 7.** Criação de um Curso pré-vestibular popular Municipal específico para pessoas trans.

**MELHOR IDADE**

**A** população idosa é reconhecida, no Brasil, como um grupo de vulnerabilidade, sendo responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a efetivação de seus direitos básicos. Dessa forma, em 2003, foi aprovado o Estatuto do Idoso que visa proteger esses cidadãos, considerando suas particularidades biopsicossociais, cabendo ao Poder Público cumprir e fiscalizar suas demandas.

Levando em consideração o envelhecimento da população, é necessária a busca por uma ampliação de mecanismos e programas que visem garantir o acesso da melhor idade aos direitos de saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade e respeito.

Para tanto, é de extrema importância garantir a convivência familiar e comunitária, e prover, de diversas formas, a qualidade de vida da terceira idade, seja por meio da otimização de serviços públicos de saúde ou pela promoção de eventos de esporte, lazer e/ou cultura. Tendo isso em vista, devemos nos esforçar para proteger nossos idosos de possíveis abusos, procurando maneiras de prevenir e cessar a violência e a discriminação contra essa parcela populacional. Com estes objetivos, defendemos:

**1.** *Garantir a formação e educação permanente dos profissionais da saúde do SUS na área geriátrica a partir de cursos que busquem sua especialização, e aumentar concursos da rede municipal para médicos geriatras;*

**2.** *Reformar os abrigos de idosos e ampliar as atividades desenvolvidas nesse ambiente, com intuito de promover qualidade de vida;*

**3.** *Facilitar a distribuição de remédios, ampliando a assistência farmacêutica e colaborando com a dispersão e o acesso da população idosa;*

**4.** *Fiscalizar possíveis casos de discriminação em processos seletivos de contratação;*

**5.** *Verificar e facilitar o cadastramento amplo da população idosa no SUS;*

**6.** *Produzir mecanismos que auxiliem o acesso da pessoa idosa à locais de realização de eventos esportivos, de lazer e cultura.*

.

# PCD'S PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



**P**ensar nas políticas públicas e sociais é considerar todas as parcelas da sociedade, entendendo que a cidade é para todos. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, as pessoas portadoras de deficiências representam 23,9% da população do país. Regionalmente, essa mesma projeção aponta para cerca de 1,6 milhão de goianos com alguma deficiência, podendo ser deficiência visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. O âmbito municipal tem o dever de garantir os direitos às pessoas PcD's, além da acessibilidade e um tratamento anti capacitista aos habitantes goianienses. Propomos:

- 1.** *Cumprimento e fiscalização do Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do trabalho, da educação, da saúde e das políticas públicas em geral na esfera municipal;*
- 2.** *Criar campanhas de Inclusão para combater a discriminação aos PcD'S;*
- 3.** *Extensão das vagas de emprego do serviço público reservadas para PcD's, promovendo tanto a inclusão social quanto a inserção nos setores de trabalho;*
- 4.** *Disponibilidade de Tradutores e Intérpretes em Libras e Assistentes Especializados na Educação a PcD's, por meio de concursos públicos, nas escolas municipais;*

**5.** *Maior acessibilidade para PcD's nos espaços de atendimento público, (Vapt-Vupt, Fórum, Paço Municipal, etc.) com Piso Tátil, Rampas, Sistema Braille, Tradutor e Intérprete em Libras, e elevadores;*

**6.** *Inclusão das Infraestruturas de Acessibilidade a PcD's como Piso Tátil e Rampas, nas ruas e bairros de regiões periféricas que não possuem e manutenção das já existentes;*

**7.** *Efetivação das propostas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, assinado pelo governo brasileiro, no que diz respeito às ações programáticas para a inclusão e o combate ao preconceito com PcD's nas instituições de ensino municipais;*

**8.** *Garantir o acesso às atividades esportivas, culturais e de lazer, efetivando o direito a um desconto de 50% para PcD's e acompanhante;*

**9.** *Oferecimento à pessoa com deficiência uma rede de Serviços Especializados em Habilitação e Reabilitação;*

**10.** *Auxílio para PcD's previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, tais como auxílio-reabilitação psicossocial, de um salário-mínimo para quem tenha recebido alta de hospitais psiquiátricos e aposentadoria com redução de período de contribuição conforme o grau de deficiência em âmbitos trabalhistas municipais;*

**11.** *Ampliação e fiscalização do Passe Livre Intermunicipal da Pessoa com Deficiência que garanta o direito da gratuidade em viagens intermunicipais em todo o território goiano, em conformidade com o Decreto nº 5.737/2003, com o objetivo de contemplar a todos e garantir a efetividade do benefício.*

# INFÂNCIA E JUVENTUDE

**O** Estatuto da Criança e do Adolescente significou uma total ruptura com a legislação anterior que tratava da questão menorista (Código de Menores - Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979), posto que adotou como referencial doutrinário o Princípio da Proteção Integral, opondo-se ao princípio da situação irregular que vigorava na legislação revogada.

A Doutrina da Proteção Integral representa um avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais, posto que, calcada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e tendo como referência outros documentos internacionais (Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, aos 20 de novembro de 1959; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude; Regras de Beijing - Res. 40/33 de 29 de novembro de 1985; Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil; Diretrizes de Riad, de 1º de março de 1988; e a Convenção sobre o Direito da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em 14 de setembro de 1990), aproxima o Brasil do ideal internacional de proteção às crianças e aos adolescentes.

Introduziu-se a Doutrina da Proteção Integral no ordenamen-

to jurídico brasileiro a partir do artigo 227 da Constituição Federal, que declarou ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É preciso que o município de Goiânia, identifique a criança e o adolescente como sujeitos de direito, destinatários de absoluta prioridade nas políticas públicas, respeitando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Assim, pontuamos:

- 1. Implantar o projeto de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, fazendo cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em parceria com o Conselho Tutelar e o Conselho da Criança e Adolescente, bem como os demais órgãos competentes;*
- 2. Estabelecer auxílio financeiro a mães adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica;*
- 3. Fortalecer políticas públicas de prevenção ao uso de drogas entre adolescentes e jovens;*
- 4. Fazer parcerias com as casas de recuperação e entidades filantrópicas existentes para condução de dependentes químicos no processo de recuperação, para que adolescentes e jovens em idade escolar tenham a possibilidade de continuar os estudos no decorrer do tratamento;*

**5.** Reduzir o índice de vulnerabilidade juvenil por meio de políticas públicas de saúde, educação, esporte, lazer, capacitação e qualificação do jovem, entre outros;

**6.** Realizar Conferência Municipal de Juventude, com intuito de incluir os jovens na construção de propostas de governo da cidade e gerar políticas para conquistar direitos para a juventude e combater o extermínio dos jovens nas periferias;

**7.** Criação de Programa de Assistência Estudantil a estudantes universitários de baixa renda, residentes em Goiânia, com objetivo de contribuir para a manutenção desses jovens em universidades;

**8.** Criar programa que vise ampliar debates nas escolas sobre os direitos dos jovens, frente ao Estado e autoridades;

**9.** Firmar parcerias com entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes para fortalecer projetos de ações sociais já existentes na cidade.